

Repensar o território para intervir na mudança da cidade

O planeamento urbano, no sentido moderno, aparece no séc. XIX a partir das intervenções de engenheiros e militares.

A fundamentação teórica é alicerçada no paradigma mecanicista. A cidade é entendida como uma "mega-máquina" que ajuda a regular o funcionamento produtivo e sobretudo a reproduzir o modelo urbano-industrial do capitalismo. Assim, a cidade adaptava-se ao modelo de crescimento económico:

- a. intervenção viária (novas ruas, avenidas e praças mais rápidas)
- b. intervenção higienista (esgotos, condutas de água, pulmões verdes)
- c. intervenção administrativo-militar (casernas militares e outros aparelhos de controlo e reprodução social)

Este urbanismo comandado de cima para baixo, corresponde à fase de reorganização do estado capitalista e ao seu papel estratégico na condução da política. O estado regulou assim as múltiplas contradições de classes da nação e os interesses gerados pelos antagonismos do crescimento desigual do capital internacional.

De uma forma hegemónica, esta orientação estratégica prolongou-se até aos nossos dias.

Estruturalmente, este funcionamento dos sistemas territoriais não mudou ainda. Processa-se segundo o modelo do "metabolismo linear" ou seja, segundo o funcionamento mecanicista da cidade, através da exploração da periferia pelo centro hierarquicamente dominante. Alimenta-se de energia fóssil, polui e cresce desertificando a envolvente. Esgotamento e contaminação são a essência deste modelo de crescimento urbano.

Dos finais dos anos 80 até agora, surgem brechas estruturais no pensamento sobre a cidade. A emergência de um outro paradigma vai obrigando a definir estratégias diferentes na teoria sobre a cidade e o território. E surgem mesmo práticas de intervenção que mostram, pontualmente, alternativas.

A concepção mecanicista e termodinâmica do território é obrigada a coexistir com uma nova imagem e percepção da natureza e da paisagem. O "metabolismo" linear do crescimento predador alheado do esgotamento dos bens da própria natureza e gerador da contaminação do planeta, originou nas populações preocupações ecológicas decisivas.

Assim, o território e a cidade começam a ser entendidos como um "eco-sistema".

Progressivamente, estabelece-se uma nova ruptura epistemológica do conceito de cidade, território e natureza.

Torna-se cada vez mais claro que o novo desenvolvimento ecologicamente sustentado exige que os materiais sejam recicláveis e as energias renováveis.

Nestes últimos anos, o urbanismo no norte do País, tem sido no mínimo desastroso. O arquitecto Nuno Portas que representa a ideologia dominante da maioria das intervenções, propôs uma urbanização sobre as dunas da reserva ornitológica do Mindelo, (junto a Vila do Conde) que só graças à contestação não veio a realizar-se.

Também as propostas e "arranjos" do arquitecto Nuno Portas na urbanização de Vila Nova de Gaia, aquando da sua vereação, culminaram numa cidade-shopping atravessada por fluxos rápidos, originando atropelamentos.

Os projectos para o Porto Capital da Cultura 2001, atestam intervenções sobretudo de cosmética.

Há ainda a referir a desastrosa intervenção da Câmara Municipal do Porto, sob a presidência do Engº Nuno Cardoso, em pretender construir edifícios no espaço verde do parque da cidade contra os interesses dos cidadãos. É urgente preparar acções exemplares de cidadãos para impedir que o Parque da Cidade se torne presa dos interesses gananciosos da especulação imobiliária.

Daremos notícias próximamente de decisões assumidas por um grupo de cidadãos.